

Prefeitura Municipal de Governador Valadares de Minas Gerais

GOVERNADOR VALADARES-MG

Auditor Fiscal de Tributos

Volume I

ST062-N9-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Governador Valadares do Estado de Minas Gerais

Auditor Fiscal de Tributos

Edital Nº 002/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos de Informática - Profº Carlos Quiqueto

Noções de Administração - Profª Silvana Guimarães

Auditoria - Profª Silvana Guimarães

Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho

Noções de Contabilidade Pública - Profª Tatiana Carvalho

Economia - Profª Tatiana Carvalho

Noções de Finanças Públicas - Profº Fernando Zantedeschi e Carlos Quiqueto

Direito Constitucional - Profª Roberta Serafim

Direito Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Direito Civil - Profª Mariela Cardoso

Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso e Profº Evandro Muzzi

Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso

Legislação Tributária - Profª Mariela Cardoso

Matemática Financeira - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Érica Duarte

Christine Liber

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis

Renato Vilela

Víctor Andrade

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos literários e/ou informativos, extraídos de livros, revistas, jornais; Interpretação de textos verbais, não-verbais e mistos (quadrinhos, tiras, outdoors, propaganda, anúncios, etc.).....	01
Gêneros textuais e tipos textuais; Fatores de textualidade; Mecanismos Linguísticos.....	01
Classes de palavras: estrutura, formação, flexão e emprego no contexto da enunciação.....	19
Frase, oração e período: estrutura, organização, classificação; Termos da oração e suas funções morfosintáticas; Relações sintático-semânticas entre as orações de um período; Processo de coordenação e de subordinação.....	60
Sintaxe de concordância, de regência e de colocação.....	70
Crase.....	83
Semântica: sinônimos e antônimos; conotação e denotação; linguagem figurada.....	87
Níveis e funções da linguagem.....	95
Formas do discurso (direto, indireto e indireto livre).....	95
Pontuação: recursos sintáticos e semânticos de pontuação.....	96
Ortografia vigente no Brasil.....	99

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software, instalação de periféricos.....	01
Conhecimentos básicos de operação com arquivos em ambientes Windows (Versões 7 em diante) e Linux ; Conceitos de gerenciamento de arquivos: copiar, colar, criar diretórios e mover; Utilização do Windows Explorer..	06
Conhecimentos básicos de editos de texto: criação, formatação e impressão (Office 2007 em diante, BrOffice).....	19
Conhecimentos básicos em planilhas eletrônicas: criação, formatação e organização de planilhas eletrônicas (Office 2007 em diante, BrOffice).....	28
Banco de dados access.....	39
Conhecimentos básicos de internet (Pesquisas, sites e redes sociais) e gerenciador de e-mails. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.). Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação: Mozilla Firefox e Google Chrome. Programa de correio eletrônico. Sítios de busca e pesquisa na Internet.....	54
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	68
Procedimentos de backup.....	68

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Teoria da Administração – Escolas clássicas, de relações humanas, estruturalismo, teoria contingencial, teoria dos sistemas.....	01
Tipos de estrutura organizacional: natureza, finalidades e critérios de departamentalização.....	29
Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho.....	38
Cultura organizacional, conflitos e poder nas organizações. Gestão de processos e manualização.....	29
Função organização, sistemas e métodos (OSM).....	60
Ferramentas contemporâneas de mudança organizacional: reengenharia; benchmarking; empowerment;.....	80
Gestão pela qualidade total; aprendizado organizacional; planejamento estratégico.....	91

SUMÁRIO

Administração financeira – visão geral. Ambiente financeiro: mercados; instituições; taxas de juros; impostos.....	91
Conceitos essenciais da Administração Financeira: Risco e taxas de retorno; Valor do dinheiro no tempo. Avaliação de títulos e ações. Projeção, planejamento e controle financeiros.....	148
Administração do capital de giro: Política de capital de giro; Administração de caixa e de títulos negociáveis; administração de crédito; administração de estoque.....	156
Financiamento de curto prazo.....	176
Decisões de investimento estratégico de longo prazo: elaboração do orçamento de capital; técnicas de orçamento de capital.....	178
Fluxos de caixa de projetos e risco.....	182
Custo de capital.....	201
Alavancagem.....	205
Política de dividendos.....	207
Decisões de financiamento estratégico de longo prazo.....	211

AUDITORIA

Conceitos De Auditoria E Da Pessoa Do Auditor.....	01
Responsabilidade Legal.....	05
Ética Profissional.....	05
Objetivos Gerais Do Auditor Independente.....	10
Concordânciacom Os Termos Do Trabalho De Auditoria Independente.....	13
Documentação De Auditoria.....	15
Controle De Qualidade Da Auditoria De Demonstrações Contábeis.....	17
Fraudes E A Responsabilidade Do Auditor.....	20
Planejamento Da Auditoria.....	22
Avaliação Das Distorções Identificadas.....	25
Execução Dos Trabalhos De Auditoria.....	28
Auditoria De Estimativas Contábeis.....	32
Evidenciação.....	36
Amostragem.....	39
Utilização De Trabalhos Da Auditoria Interna.	42
Independência Nos Trabalhos De Auditoria.....	45
Relatórios De Auditoria.....	49
Eventos Subsequentes.....	56
Normas E Procedimentos De Auditoria Do Ibracon – Instituto Dos Auditores Independentes Do Brasil.....	60
Testes.....	62
Uso De Trabalhos Técnicos De Especialistas.....	62
Todas As Normas Brasileiras De Contabilidade Vigentes Relativas Às Auditorias Interna, Externa E Pública, Emanadas Pelo Conselho Federal De Contabilidade – Cfc.....	63
Auditoria: Normas Brasileiras E Internacionais Para O Exercício Da Auditoria Interna: Independência, Competência Profissional, Âmbito Do Trabalho, Execução Do Trabalho E Administração Do Órgão De Auditoria Interna.....	76

SUMÁRIO

Auditoria No Setor Público Federal: Finalidades E Objetivos; Abrangência De Atuação; Formas E Tipos; Normas Relativas À Execução Dos Trabalhos.....	94
Normas Relativas À Opinião Do Auditor; Relatórios E Pareceres De Auditoria; Operacionalidade.....	96
Objetivos, Técnicas, Procedimentos E Planejamento Dos Trabalhos De Auditoria; Programas De Auditoria; Papéis De Trabalho; Testes De Auditoria; Amostras Estatísticas Em Auditoria; Eventos Ou Transações Subsequentes; Revisão Analítica; Entrevista; Conferência De Cálculo; Confirmação; Interpretação Das Informações; Observação; Procedimentos De Auditoria Em Áreas Específicas Das Demonstrações Contábeis.....	103

Prefeitura Municipal de Governador Valadares de Minas Gerais

GOVERNADOR VALADARES-MG

Auditor Fiscal de Tributos

Volume II

ST062-N9-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Governador Valadares do Estado de Minas Gerais

Auditor Fiscal de Tributos

Edital Nº 002/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos de Informática - Profº Carlos Quiqueto

Noções de Administração - Profª Silvana Guimarães

Auditoria - Profª Silvana Guimarães

Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho

Noções de Contabilidade Pública - Profª Tatiana Carvalho

Economia - Profª Tatiana Carvalho

Noções de Finanças Públicas - Profº Fernando Zantedeschi e Carlos Quiqueto

Direito Constitucional - Profª Roberta Serafim

Direito Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Direito Civil - Profª Mariela Cardoso

Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso e Profº Evandro Muzzi

Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso

Legislação Tributária - Profª Mariela Cardoso

Matemática Financeira - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Érica Duarte

Christine Liber

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis

Renato Vilela

Víctor Andrade

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

CONTABILIDADE GERAL

Estrutura conceitual da contabilidade.....	01
Princípios contábeis fundamentais.....	04
Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e situação líquida (ou patrimônio líquido). Diferenciação entre capital e patrimônio. Equação fundamental do patrimônio. Representação gráfica dos estados patrimoniais.....	06
Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.....	09
Contas: conceito, débito, crédito e saldo – Teorias, função e estrutura das contas – Contas patrimoniais e de resultado. Apuração de resultados. Sistemas de contas. Plano de contas. Provisões em geral.....	18
Escrituração: conceito e métodos – Lançamento contábil: rotina e fórmulas. Processo de escrituração Escrituração de operações financeiras. Livros de escrituração: obrigatoriedade, funções e formas de escrituração.....	20
Erros de escrituração e suas correções. Sistema de partidas dobradas. Balancete de verificação.....	24
Balanço patrimonial: obrigatoriedade e apresentação. Conteúdo dos grupos e subgrupos.....	26
Classificação das contas, critérios de avaliação do ativo e passivo e levantamento do balanço, de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores - Lei das Sociedades por Ações. Demonstração do resultado do exercício: estrutura, características e elaboração, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores.....	31
Apuração da receita líquida, do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos e dos lucros: bruto, operacional e não operacional do exercício, do resultado do exercício antes e depois da provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro.....	67
Aspectos legais e práticos das demonstrações contábeis, segundo a Lei nº 11.638/2007 e suas alterações posteriores.....	70
Provisões, depreciações, amortizações e exaustão: cálculos e contabilização, apresentação no balanço e efeitos no resultado do exercício.....	73
Problemas contábeis diversos: devedores duvidosos e insolváveis. Operações financeiras (desconto de títulos de crédito).....	74
Disponibilidade: caixa, bancos, conciliação de contas bancárias.....	74

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Princípios fundamentais de contabilidade sob a perspectiva do setor público (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, Resolução CFC nº 1.111/2007 e suas alterações posteriores, dispostas na Resolução CFC nº 1.367/2011 e suas alterações posteriores).....	01
Normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público – NBC TSP 16.1 a 16.10, do Conselho Federal de Contabilidade: conceituação, objeto e campo de aplicação; patrimônio e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público; registro contábil, demonstrações contábeis; consolidação das demonstrações contábeis; controle interno; depreciação, amortização e exaustão; avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público.....	05
Plano de contas aplicado ao setor público: conceito, diretrizes, sistema contábil, registro contábil, composição do patrimônio público, conta contábil, estrutura básica. Balanços financeiro, patrimonial, orçamentário e demonstrativo das variações, de acordo com a Lei nº 4.320/1964 e suas alterações posteriores.....	18
Administração orçamentária e financeira: orçamento público: conceitos e princípios. Orçamento-programa. Ciclo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e avaliação. O orçamento na Constituição/1988. Processo de planejamento do orçamento: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.....	30
Conceituação, classificação e estágios da receita e despesa públicas. Dívida ativa.....	47

SUMÁRIO

Regime de adiantamento (suprimento de fundo).....	54
Restos a pagar.....	55
Despesas de exercícios anteriores.....	56
Dívida pública.....	57
Créditos adicionais.....	58
Descentralização de créditos.....	58
Lei nº 4.320/1964 e suas alterações posteriores.....	61
Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores - Lei de Responsabilidade Fiscal.....	71
Tributação e orçamento previstos nos Artigos 145 a 159 da Constituição Federal/1988.....	73
Auditoria de impostos e contribuições municipais.....	79

ECONOMIA

Introdução à economia – Escassez e problemas econômicos fundamentais.....	01
Organização econômica e sistemas econômicos.....	18
Curva de possibilidades de produção.....	19
Custo de oportunidade.....	19
Microeconomia – Demanda do consumidor: curvas de indiferença e limitação orçamentária; equilíbrio do consumidor e mudanças pela variação de preços e renda; curva de demanda; variáveis que afetam a demanda. Oferta do mercado: variáveis que afetam a oferta; curva de oferta. Equilíbrio do mercado de bens e serviços. Elasticidades.....	19
Classificação dos bens: normais; inferiores; bem de Giffen; substitutos; complementares.....	31
Excedente do consumidor, excedente do produtor e excedente total.....	32
Oferta do produtor: teoria da produção; fatores de produção; função de produção e suas propriedades; isoquantas; função de produção com proporções fixas e variáveis; combinação ótima de fatores; firma multiprodutora.....	37
Custos: custos de produção; curva de isocustos; custo fixo e variável, custo médio e custo marginal.....	37
Estruturas de mercado: concorrência perfeita; monopólio; concorrência monopolística; oligopólio.....	39
Macroeconomia – Fundamentos, metas e instrumentos de política macroeconômica.. Contabilidade nacional: conceito de renda e produto; produto e renda das empresas e das famílias; gastos e receitas do Governo.....	39
Balanço de pagamentos: conta de transações correntes; conta de capital; conceitos de déficit e superávit.....	55
Contas nacionais do Brasil.....	61
Números índices.....	69
Tabela de relações insumo/produto.....	70
Moeda e bancos: funções da moeda.....	70
Demanda por moeda; desenvolvimento do sistema monetário; definição de moeda e quase-moeda; multiplicador da moeda; instrumentos de controle monetário.....	70
Determinação da renda e do produto nacionais: modelo keynesiano básico; equilíbrio entre oferta agregada e demanda agregada; multiplicador keynesiano de gastos; interligação entre o lado real e monetário; modelo IS-LM.....	73
Inflação: causas e efeitos da inflação; teoria quantitativa da moeda; curva de Philips; inflação e políticas de estabilização; inflação de demanda e de custos; imposto inflacionário.....	77
Produção e crescimento econômico: importância e determinantes da produtividade; crescimento econômico e políticas públicas; modelos de crescimento econômico.....	80

SUMÁRIO

NOÇÕES DE FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças públicas – Falhas de mercado.....	01
Bens públicos.....	04
Externalidades.....	07
Objetivos da política fiscal e funções do governo.....	18
Teoria da tributação: conceitos de equidade, progressividade, neutralidade e simplicidade; impostos com base de incidência na renda, no patrimônio e no consumo; imposto sobre o valor adicionado; cálculo do imposto por dentro e por fora.....	25
Gastos públicos: conceito e classificação; política fiscal e política monetária; federalismo fiscal; títulos públicos, déficit público e dívida pública; imposto inflacionário, senhoriagem e curva de Laffer; financiamento do déficit público.....	25
Tópicos especiais: sistema tributário brasileiro; sistema federativo e descentralização; privatizações e concessões; Estado regulador.....	25
Orçamento e contabilidade pública – Orçamento público: evolução histórica e correlação orçamento/planejamento; princípios orçamentários; orçamento tradicional e orçamento programa; orçamento na Constituição brasileira de 1988: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.....	72
Processo de elaboração da proposta orçamentária.....	72
Classificações orçamentárias da despesa e da receita.....	72
Créditos adicionais.....	72
Execução do orçamento e controle da execução orçamentária: programação da despesa; empenho; liquidação da despesa; pagamento das despesas; suprimento de fundos; despesas de exercícios anteriores; restos a pagar; controle interno e externo.....	74
Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores: princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário; limites para despesas de pessoal; limites para a dívida; gestão patrimonial; mecanismos de transparência fiscal, controle e fiscalização.....	75
Contabilidade pública: contabilidade orçamentária e financeira; contabilidade patrimonial e industrial; balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, e demonstração das variações patrimoniais.....	78

DIREITO CONSTITUCIONAL

Teoria geral do Estado. Os poderes do Estado e as respectivas funções.....	01
Teoria geral da Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação.....	07
Supremacia da Constituição.....	09
Tipos de Constituição.....	10
Poder constituinte.....	10
Princípios constitucionais.....	13
Interpretação da Constituição e controle de constitucionalidade. Normas constitucionais e inconstitucionais. Emenda, reforma e revisão constitucional.....	14
Análise do princípio hierárquico das normas.....	23
Princípios fundamentais da Constituição Federal/1988.....	23
Direitos e garantias fundamentais.....	25
Organização do Estado político-administrativo. Administração Pública.....	34

SUMÁRIO

Organização dos Poderes. O Poder Legislativo. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O controle externo e os sistemas de controle interno. O Poder Executivo e o Poder Judiciário. O Ministério Público.....	48
A defesa do Estado e das instituições democráticas.....	79
Da tributação e do orçamento. Sistema Tributário Nacional. Das finanças públicas. Do orçamento.....	83
Da ordem econômica e financeira.....	93
Da ordem social.....	98
Das disposições gerais e das disposições constitucionais transitórias.....	115

Prefeitura Municipal de Governador Valadares de Minas Gerais

GOVERNADOR VALADARES-MG

Auditor Fiscal de Tributos
Volume III

ST062-N9-C



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Governador Valadares do Estado de Minas Gerais

Auditor Fiscal de Tributos

Edital Nº 002/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos de Informática - Profº Carlos Quiqueto

Noções de Administração - Profª Silvana Guimarães

Auditoria - Profª Silvana Guimarães

Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho

Noções de Contabilidade Pública - Profª Tatiana Carvalho

Economia - Profª Tatiana Carvalho

Noções de Finanças Públicas - Profº Fernando Zantedeschi e Carlos Quiqueto

Direito Constitucional - Profª Roberta Serafim

Direito Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Direito Civil - Profª Mariela Cardoso

Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso e Profº Evandro Muzzi

Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso

Legislação Tributária - Profª Mariela Cardoso

Matemática Financeira - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Érica Duarte

Christine Liber

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis

Renato Vilela

Victor Andrade

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.....	01
Fontes do Direito Administrativo: doutrina e jurisprudência, lei formal, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos, instruções, tratados internacionais, costumes. Princípios da administração pública.....	03
Administração pública direta e indireta. Órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Subsidiárias. Participação do Estado no capital de empresas privadas. Autarquias e fundações públicas. Consórcios públicos.....	10
Terceiro setor.....	19
Agentes públicos. Servidores públicos em sentido amplo e em sentido restrito. Servidores públicos temporários. Servidores públicos municipais estatutários. Empregados públicos. Disciplina constitucional dos agentes públicos.....	21
Improbidade administrativa.....	70
Atos administrativos. Requisitos de validade. Atributos. Classificações. Convalidação. Extinção. Atos privados praticados pela administração pública. Fatos administrativos.....	83
Poderes administrativos: poder de polícia, poder regulamentar, poder hierárquico e poder disciplinar.....	92
Contratos administrativos: conceito, formalização, alteração, execução, inexecução e rescisão. Licitação: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores: conceito; finalidades; princípios; objeto; obrigatoriedade; dispensa; inexigibilidade; modalidades. Pregão eletrônico - Decreto Federal nº 5.450/2005 e suas alterações posteriores. Pregão presencial - Lei Federal nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores. Sistema de registro de preços. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. Contratos de repasse. Convênios. Termos de cooperação. Acordos, em sentido amplo, celebrados pela administração pública municipal com órgãos ou entidades públicas ou privadas.....	99
Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Parcerias Público-Privadas.....	148
Bens públicos. Regime jurídico. Classificações. Uso de bens públicos por particulares. Uso privativo dos bens públicos.	165
Intervenção do Estado na propriedade privada.....	171
Responsabilidade civil do Estado.....	173
Controle da administração pública: controle externo e interno, administrativo, judicial e legislativo – controle feito pelo Tribunal de Contas.....	178
Sistemas administrativos.....	187
Ética profissional do Servidor público. Conflito de interesses no serviço público.....	188
Acesso à informação em âmbito municipal. Política de segurança da informação no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda.....	205

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência e revogação da norma, conflito de normas no tempo e no espaço, preenchimento de lacuna jurídica.....	01
Pessoa natural: conceito, capacidade e incapacidade, começo e fim, direitos da personalidade.....	08
Pessoa jurídica: conceito, classificação, começo e fim de sua existência legal, desconsideração.....	15
Bens: das diferentes classes de bens.....	20
Fatos jurídicos. Negócio jurídico: conceito, classificação, elementos essenciais gerais e particulares, elementos acidentais, defeitos, nulidade absoluta e relativa, invalidade. Ato jurídico lícito. Ato ilícito. Prescrição e decadência.....	21
Obrigações: modalidades das obrigações, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento.....	32
Contratos em geral; preliminares e formação dos contratos.....	49
Transmissão das obrigações. Adimplemento das obrigações.....	70

SUMÁRIO

Responsabilidade civil.....	70
Direitos reais: disposições gerais; da propriedade; da superfície; do usufruto; do uso; do direito do promitente comprador.....	75

DIREITO EMPRESARIAL

Empresário individual.....	01
Microempresa e empresa de pequeno porte - Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.....	04
Prepostos.....	04
Teoria da empresa.....	04
Atividades econômicas civis: cooperativas e profissional intelectual.....	04
Atos do registro de empresa.....	04
Empresário irregular.....	04
Estabelecimento empresarial.....	04
Nome empresarial	04
Teoria geral do Direito Societário: conceito de sociedade empresária.....	46
Personalização da sociedade empresária.....	46
Classificação das sociedades empresárias.....	46
Desconsideração da pessoa jurídica.....	46
Constituição das sociedades contratuais: natureza do ato constitutivo da sociedade contratual; requisitos de validade do contrato social; cláusulas contratuais; forma do contrato social; alteração do contrato social.....	46
Sociedade limitada: responsabilidade dos sócios, deliberação dos sócios; administração; conselho fiscal.....	46
Dissolução da sociedade contratual: espécies e causas de dissolução total e parcial; dissolução de fato.....	46
Sociedades por ações: características gerais da sociedade anônima; classificação, constituição; valores mobiliários; ações; capital social; órgãos sociais; administração da sociedade; poder de controle; lucros, reservas e dividendos; dissolução e liquidação; transformação, incorporação e fusão; sociedade de economia mista; sociedade em comandita por ações.....	46
Teoria geral do direito cambiário.....	88
Nota promissória.....	88
Cheque.....	88
Duplicata.....	88
Cédula de crédito bancário.....	88
Recuperação judicial e extrajudicial.....	88
Falência.....	88

DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Imunidades. Princípios constitucionais tributários.....	01
Conceito e classificação dos tributos.....	06
Tributos de competência da União.....	11
Tributos de competência dos Estados. Tributos de competência dos Municípios.....	15
Simplex nacional.....	16

SUMÁRIO

Legislação tributária. Constituição. Emendas à Constituição. Leis Complementares. Leis Ordinárias. Leis Delegadas. Medidas Provisórias. Tratados internacionais. Decretos. Resoluções. Decretos legislativos; convênios; normas complementares. Código Tributário Nacional – CTN. Vigência da legislação tributária. Aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.....	20
Obrigação tributária principal e acessória. Fato gerador da obrigação tributária. Sujeição ativa e passiva. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Conceito. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Responsabilidade por infrações.....	27
Crédito tributário. Conceito. Constituição do crédito tributário. Lançamento. Modalidades de lançamento. Hipóteses de alteração do lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Modalidades. Extinção do crédito tributário. Modalidades. Pagamento indevido. Exclusão do crédito tributário. Modalidades. Garantias e privilégios do crédito tributário.....	31
Administração tributária. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas.....	42

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei complementar federal nº 101/2.000 e suas alterações posteriores.....	01
Decreto municipal nº 6.207/1.998 e suas alterações posteriores.....	01
Decreto municipal nº 7.585/2.002 e suas alterações posteriores.....	17
Decreto municipal nº 10.685/2.018 e suas alterações posteriores.....	19
Decreto municipal nº 10.724/2.018 e suas alterações posteriores.....	20
Decreto municipal nº 10.725/2.018 e suas alterações posteriores.....	21
Decreto municipal nº 10.983/2.019 e suas alterações posteriores.....	25
Artigos 97 a 110 da Lei Orgânica do Município e suas alterações posteriores.....	26
Lei complementar municipal nº 34/2.001 e suas alterações posteriores – Institui o Código Tributário do Município.....	27
Lei complementar municipal nº 87/2.006 e suas alterações posteriores.....	27
Lei complementar municipal nº 137/2.010 e suas alterações posteriores.....	28
Contribuição de Melhoria.....	34
IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana. Hipótese de incidência tributária. Critério material. Critério espacial. Critério temporal. Relação jurídica tributária. Critério pessoal e critério quantitativo. Progressividade. Critério da localização do imóvel. Critério da destinação do imóvel. Imunidades e isenções.....	36
ITBI – Impostos sobre Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição. Hipótese de incidência tributária. Critério material. Critério espacial. Critério temporal. Relação jurídica tributária. Critério pessoal. Critério quantitativo. Progressividade. Imunidades e isenções.....	42
ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Hipótese de incidência tributária. Critério material. Critério espacial. Critério temporal. Relação jurídica tributária. Critério pessoal. Critério quantitativo. Lista de serviços. Imunidades e isenções. Formas de tributação: simples nacional, MEI – Microempreendedor Individual, substituição tributária.....	46
TAXAS – Regime jurídico. Distinção entre taxa em razão de exercício do poder de polícia e de serviços públicos. Características: especificidade e divisibilidade. Limites objetivos para cobrança de taxas. Hipótese de incidência tributária. Critério material. Critério espacial. Critério temporal. Relação jurídica tributária. Critério pessoal. Critério quantitativo. Prescindibilidade de comprovação do efetivo exercício do poder de polícia. Imunidades e isenções. Distinção entre taxas, tarifa e preço público.....	66

ÍNDICE

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.....	01
Fontes do Direito Administrativo: doutrina e jurisprudência, lei formal, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos, instruções, tratados internacionais, costumes. Princípios da administração pública.....	03
Administração pública direta e indireta. Órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Subsidiárias. Participação do Estado no capital de empresas privadas. Autarquias e fundações públicas. Consórcios públicos.....	10
Terceiro setor.....	19
Agentes públicos. Servidores públicos em sentido amplo e em sentido restrito. Servidores públicos temporários. Servidores públicos municipais estatutários. Empregados públicos. Disciplina constitucional dos agentes públicos.....	21
Improbidade administrativa.....	70
Atos administrativos. Requisitos de validade. Atributos. Classificações. Convalidação. Extinção. Atos privados praticados pela administração pública. Fatos administrativos.....	83
Poderes administrativos: poder de polícia, poder regulamentar, poder hierárquico e poder disciplinar.....	92
Contratos administrativos: conceito, formalização, alteração, execução, inexecução e rescisão. Licitação: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores: conceito; finalidades; princípios; objeto; obrigatoriedade; dispensa; inexigibilidade; modalidades. Pregão eletrônico - Decreto Federal nº 5.450/2005 e suas alterações posteriores. Pregão presencial - Lei Federal nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores. Sistema de registro de preços. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. Contratos de repasse. Convênios. Termos de cooperação. Acordos, em sentido amplo, celebrados pela administração pública municipal com órgãos ou entidades públicas ou privadas.....	99
Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Parcerias Público-Privadas.....	148
Bens públicos. Regime jurídico. Classificações. Uso de bens públicos por particulares. Uso privativo dos bens públicos.	165
Intervenção do Estado na propriedade privada.....	171
Responsabilidade civil do Estado.....	173
Controle da administração pública: controle externo e interno, administrativo, judicial e legislativo – controle feito pelo Tribunal de Contas.....	178
Sistemas administrativos.....	187
Ética profissional do Servidor público. Conflito de interesses no serviço público.....	188
Acesso à informação em âmbito municipal. Política de segurança da informação no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda.....	205

CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB OS ASPECTOS ORGÂNICO, FORMAL E MATERIAL.

Estado: conceito, elementos e natureza

“O conceito de Estado varia segundo o ângulo em que é considerado. Do ponto de vista sociológico, é corporação territorial dotada de um poder de mando originário; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção; sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana; na conceituação do nosso Código Civil, é pessoa jurídica de Direito Público Interno (art. 14, I). Como ente personalizado, o Estado tanto pode atuar no campo do Direito Público como no do Direito Privado, mantendo sempre sua única personalidade de Direito Público, pois a teoria da dupla personalidade do Estado acha-se definitivamente superada. O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano. Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo. Não há nem pode haver Estado independente sem Soberania, isto é, sem esse poder absoluto, indivisível e incontrastável de organizar-se e de conduzir-se segundo a vontade livre de seu Povo e de fazer cumprir as suas decisões inclusive pela força, se necessário. A vontade estatal apresenta-se e se manifesta através dos denominados Poderes de Estado. Os Poderes de Estado, na clássica tripartição de Montesquieu, até hoje adotada nos Estados de Direito, são o Legislativo, o Executivo e o judiciário, independentes e harmônicos entre si e com suas funções reciprocamente indelegáveis (CF, art. 2º). A organização do Estado é matéria constitucional no que concerne à divisão política do território nacional, a estruturação dos Poderes, à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos governados. Após as disposições constitucionais que moldam a organização política do Estado soberano, surgem, através da legislação complementar e ordinária, e organização administrativa das entidades estatais, de suas autarquias e entidades paraestatais instituídas para a execução desconcentrada e descentralizada de serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo, objeto do Direito Administrativo e das modernas técnicas de administração”¹.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1993.



#FicaDica

Conceito de Estado

Conceito sociológico: corporação territorial que possui um poder de mando originário.

Conceito político: comunidade de homens situada num território, com poder superior de ação, de mando e de coerção.

Conceito constitucional: pessoa jurídica territorial soberana.

Conceito civil: pessoa jurídica de Direito Público Interno.

Em termos históricos, o Estado Moderno passou por fases que implicaram na definição de três modelos estatais.

Inicialmente, o Estado se erige na forma de um Estado Absoluto, no qual o poder é exercido por um soberano de forma ilimitada. No decorrer das Revoluções que despontaram na Europa – Gloriosa e Francesa – e na própria América – Independência Norte-americana, surgem demandas por um modelo de Estado que interferisse menos na vida do indivíduo, permitindo o exercício de liberdades individuais e do direito de propriedade, além de outros direitos civis, bem como a participação popular na tomada de decisões, na forma de direitos políticos: nasce o modelo do Estado Liberal.

Num momento posterior, quando se experimentaram os reflexos da revolução industrial e do pós-guerra, bem como da própria reestruturação dos modelos econômicos capitalista e socialista, surgem demandas classistas na busca da retomada da intervenção do Estado na economia e nas relações trabalhistas, assegurando equilíbrio na exploração econômica por parte daqueles que detinham o poder econômico: surge então o Estado Social.

Adiante, especialmente após a crise de 1929 e o fim da 2ª Guerra Mundial, surge a necessidade de coadunar tais ideais, focando não apenas no indivíduo, mas também nas demandas coletivas da sociedade: surge o Estado Democrático de Direito, uma resposta concomitante à frieza liberal quanto ao indivíduo e ao déficit democrático do Estado Social, intensificando-se a participação popular no poder.



#FicaDica

Modelos de Estado

Estado Liberal – não intervencionista, liberdades negativas, direitos individuais.

Estado Social – intervencionista, bem-estar social, liberdades positivas, direitos sociais.

Estado Democrático de Direito – intervencionista moderado, participação popular intensificada, abertura e transparência da Administração.

Com efeito, o Estado é uma organização dotada de personalidade jurídica que é composta por povo, território e soberania. Logo, possui homens situados em determinada localização e sobre eles e em nome deles exerce

poder. É dotado de personalidade jurídica, isto é, possui a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres. Nestes moldes, o Estado tem natureza de pessoa jurídica de direito público.

Destaca-se o artigo 41 do Código Civil:

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

I - a União;

II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III - os Municípios;

IV - as autarquias;

V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

Nestes moldes, o Estado é pessoa jurídica de direito público interno. Mas há características peculiares distintivas que fazem com que afirmá-lo apenas como pessoa jurídica de direito público interno seja correto, mas não suficiente. Pela peculiaridade da função que desempenha, o Estado é verdadeira pessoa administrativa, eis que concentra para si o exercício das atividades de administração pública.

A expressão pessoa administrativa também pode ser colocada em sentido estrito, segundo o qual seriam pessoas administrativas aquelas pessoas jurídicas que integram a administração pública sem dispor de autonomia política (capacidade de auto-organização). Em contraponto, pessoas políticas seriam as pessoas jurídicas de direito público interno – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



#FicaDica

Elementos do Estado: povo + território + soberania
 Natureza: pessoa jurídica de direito público / pessoa administrativa
 Fim: proteção do interesse coletivo

Estado, Governo e Administração: conceitos, aspectos organizacionais

Trata-se de pessoa jurídica, e não física, porque o Estado não é uma pessoa natural determinada, mas uma estrutura organizada e administrada por pessoas que ocupam cargos, empregos e funções em seu quadro.

Logo, pode-se dizer que o Estado é uma ficção, eis que não existe em si, mas sim como uma estrutura organizada pelos próprios homens.

É de direito público porque administra interesses que pertencem a toda sociedade e a ela respondem por desvios na conduta administrativa, de modo que se sujeita a um regime jurídico próprio, que é objeto de estudo do direito administrativo.

Em face da organização do Estado, e pelo fato deste assumir funções primordiais à coletividade, no interesse desta, fez-se necessário criar e aperfeiçoar um sistema

jurídico que fosse capaz de reger e viabilizar a execução de tais funções, buscando atingir da melhor maneira possível o interesse público visado.

Tal papel é atribuído à Administração, que no âmbito executivo tem sua função máxima exercida pelo Governo.

A execução de funções exclusivamente administrativas constitui, assim, o objeto do Direito Administrativo, ramo do Direito Público. A função administrativa é toda atividade desenvolvida pela Administração (Estado) representando os interesses de terceiros, ou seja, os interesses da coletividade.

Devido à natureza desses interesses, são conferidos à Administração direitos e obrigações que não se estendem aos particulares. Logo, a Administração encontra-se numa posição de superioridade em relação a estes.

Importante, neste ponto, frisar a diferença entre as formas de gestão quando se está diante da execução do interesse público – situação do Estado e da Administração – e quando se está diante de interesse privado. A gestão pública sempre deve assumir a feição de permitir ao cidadão exercer seus direitos e deveres em sociedade, enquanto que na gestão privada caberá a priorização de atendimento ao cliente.

Não obstante, se, por um lado, o Estado é uno, até mesmo por se legitimar na soberania popular; por outro lado, é necessária a divisão de funções das atividades estatais de maneira equilibrada, o que se faz pela divisão de Poderes, a qual resta assegurada no artigo 2º da Constituição Federal.

A função típica de administrar – gerir a coisa pública e aplicar a lei – é do Poder Executivo; cabendo ao Poder Legislativo a função típica de legislar e ao Poder Judiciário a função típica de julgar. Em situações específicas, será possível que no exercício de funções atípicas o Legislativo e o Judiciário exerçam administração.



#FicaDica

Estado – Público – Zela pelo coletivo
 Gestão pública deve ser diferente da gestão privada devido ao interesse especial protegido – a coletividade.

Administração pública: sentidos amplo e estrito

Conceito	Sentido amplo	Sentido estrito
Subjetivo, orgânico ou formal	Órgãos governamentais e administrativos	Apenas órgãos administrativos
Objetivo, material ou funcional	Funções políticas e administrativas	Apenas funções administrativas

Por sua vez, conceituando-se administração pública, “em sentido objetivo, material ou funcional, a administração pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos”; ao passo que “em sentido subjetivo, formal ou orgânico, pode-se definir Administração Pública, como

sendo o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”². Logo, o sentido objetivo volta-se à atividade administrativa em si, ao passo que o sentido subjetivo se concentra nos órgãos que a exercem.

Em ambos casos, a distinção do sentido amplo para o restrito está nas espécies de atividades e órgãos que são abrangidos. No sentido amplo, inserem-se as atividades desempenhadas pelos órgãos de alto escalão no âmbito governamental, no exercício de funções essencialmente políticas; além das atividades tipicamente administrativas desempenhadas pelos diversos órgãos que compõem a administração executando seus fins de interesse público. No sentido estrito, excluem-se as atividades políticas, abrangendo-se apenas atividades administrativas.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (STJ - Analista Judiciário - Administrativa – CESPE/2018). Tendo em vista as convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue o item que se segue.

Tanto na gestão pública quanto na gestão privada é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado - Na gestão privada vigora o princípio da legalidade amplo, o que significa que o particular pode fazer tudo que a lei não proíba. Já na gestão pública, devido aos interesses perseguidos pelo Estado, vigora o princípio da legalidade estrito, o que implica que o Administrador apenas pode fazer aquilo que a lei expressamente permite.

2. (SEDF - Conhecimentos Básicos - Cargo 2 - CESPE/2017) Acerca de administração pública, organização do Estado e agentes públicos, julgue o item a seguir.

Não há exclusividade no exercício de suas funções típicas pelos poderes de Estado.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo - Dentro dos três Poderes típicos do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário, existem funções típicas, isto é, o Executivo administra, o Legislativo legisla, o Judiciário julga. Em casos excepcionais é possível observar o exercício de funções atípicas dentro de cada um dos Poderes.

3. (AGU - Advogado da União - CESPE/2004). Acerca do conceito de administração pública, da teoria do órgão da pessoa jurídica aplicada ao direito administrativo, da concentração e da desconcentração de competências e dos atos e fatos da administração pública, julgue os itens a seguir.

² DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

A administração pública, em seu sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos com a finalidade de realizar as opções políticas e os objetivos do governo e, em seu sentido material, é o conjunto de funções necessárias ao serviço público em geral.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo - O sentido formal abrange apenas os órgãos administrativos, ou ainda, os órgãos governamentais e administrativos; o sentido material abrange as funções administrativas e num sentido amplo mesmo as funções políticas.

FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO: DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA, LEI FORMAL, REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS, ESTATUTOS E REGIMENTOS, INSTRUÇÕES, TRATADOS INTERNACIONAIS, COSTUMES. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceito e objeto

“O Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a lume com a instituição do Estado de Direito, ou seja, quando o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. O fenômeno nasce com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Através do novo sistema, o Estado passava a ter órgãos específicos para o exercício da administração pública e, por via de consequência, foi necessário o desenvolvimento do quadro normativo disciplinador das relações internas da Administração e das relações entre esta e os administrados. Por isso, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para esse novo ramo jurídico, o Direito Administrativo. [...] Com o desenvolvimento do quadro de princípios e normas voltados à atuação do Estado, o Direito Administrativo se tornou ramo autônomo dentre as matérias jurídicas”³. Logo, a evolução do Direito Administrativo acompanha a evolução do Estado em si. Conforme a própria noção de limitação de poder ganha forças, surge o Direito Administrativo como área autônoma do Direito apta a regular as relações entre Estado e sociedade.

Neste sentido, “o Direito é tradicionalmente dividido em dois grandes ramos: direito público e direito privado. O direito público tem por objeto principal a regulação dos interesses da sociedade como um todo, a disciplina das relações entre esta e o Estado, e das relações das entidades e órgãos estatais entre si. Tutela ele o interesse público, só alcançando as condutas individuais de forma indireta ou reflexa. [...] Em suma, nas relações jurídicas de direito público o Estado encontra-se em posição de desigualdade jurídica relativamente ao particular, subordinando os interesses deste aos interesses da coletividade

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

de, ao interesse público, representados pelo Estado na relação jurídica⁴. Em se tratando de direito administrativo, se está diante de uma noção de submissão ao interesse público.

“O Direito Administrativo, como novo ramo autônomo, propiciou nos países que o adotaram diversos critérios como foco de seu objeto e conceito. Na França, prevaleceu a ideia de que o objeto desse Direito consistia nas leis reguladoras da Administração. No direito italiano, a corrente dominante o limitava aos atos do Poder Executivo. Outros critérios foram ainda apontados como foco do Direito Administrativo, como o critério de regulação dos órgãos inferiores do Estado e o dos serviços públicos. À medida, porém, que esse ramo jurídico se desenvolvia, verificou-se que sua abrangência se irradiava para um âmbito maior, de forma a alcançar o Estado internamente e a coletividade a que se destina. Muitos são os conceitos encontrados nos autores modernos de Direito Administrativo. Alguns levam em conta apenas as atividades administrativas em si mesmas; outros preferem dar relevo aos fins desejados pelo Estado. Em nosso entender, porém, o Direito Administrativo, com a evolução que o vem impulsionando contemporaneamente, há de focar-se em dois tipos fundamentais de relações jurídicas: uma, de caráter interno, que existe entre as pessoas administrativas e entre os órgãos que as compõem; outra, de caráter externo, que se forma entre o Estado e a coletividade em geral. Desse modo, sem abdicar dos conceitos dos estudiosos, parece-nos se possa conceituar o Direito Administrativo como sendo o conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado e entre este e as coletividades a que devem servir. De fato, tanto é o Direito Administrativo que regula, por exemplo, a relação entre a Administração Direta e as pessoas da respectiva Administração Indireta, como também a ele compete disciplinar a relação entre o Estado e os particulares participantes de uma licitação, ou entre o Estado e a coletividade, quando se concretiza o exercício do poder de polícia⁵.”



#FicaDica

Direito administrativo = normas + princípios
= regulam a relação entre Estado e sociedade
= ramo do direito público.

Fontes

A expressão fonte do direito corresponde aos elementos de formação da ciência jurídica ou de um de seus campos. Quando se fala em fontes do direito administrativo, refere-se aos elementos que serviram de aparato lógico para a formação do direito administrativo.

Fontes diretas: são aquelas que primordialmente influenciam na composição do campo jurídico em estudo, no caso, o direito administrativo. Apontam-se como fontes diretas a Constituição Federal e as leis. Ambas são normas impostas pelo Estado, de observação coativa.

4 ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

5 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

O direito administrativo não se encontra compilado em um único diploma jurídico, isto é, não existe um Código de Direito Administrativo. O que existe é um conjunto de leis e regulamentos diversos que compõem a área. A base legal do direito administrativo, sem dúvidas, vem da Constituição Federal, que trata de princípios do direito administrativo e estabelece a divisão de competências administrativas, entre outras questões. A partir da Constituição, emanam diversas leis que se inserem no campo do direito administrativo, como a lei de licitações (Lei nº 8.666/1993), a lei do regime jurídico dos servidores públicos civis federais (Lei nº 8.112/1990), a lei do processo administrativo (Lei nº 9.784/1999), a lei dos serviços públicos (Lei nº 8.987/1995), a lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), entre outras.

Inserem-se, ainda, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos, instruções, tratados internacionais.

Fontes indiretas: são aquelas que decorrem das fontes diretas ou que surgem paralelamente a elas. Por exemplo, a doutrina e a jurisprudência estabelecem processos de interpretação da norma jurídica, no sentido de que interpretam o que a lei e a Constituição fixam, conferindo rumos para a aplicação das normas do direito administrativo. Já os costumes e os princípios gerais do Direito existiam antes mesmo da elaboração da norma, influenciando em sua gênese e irradiando esta influência em todo o processo de aplicação da lei.



#FicaDica

Fontes diretas = CF + leis
Fontes indiretas = doutrina + jurisprudência
+ costumes + princípios gerais



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PGM/AM - Procurador do Município - CESPE/2018)

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo - O movimento de constitucionalização, que implica na concepção da Constituição não apenas como o vetor do topo do sistema, mas como o centro de todo ele, irradiando seus princípios por todas as normas infraconstitucionais do sistema, inclusive as do direito administrativo. Assevera, a respeito, Di Pietro no sentido de que a constitucionalização do Direito Administrativo pode ser compreendida sob dois aspectos: um é a elevação, em nível constitucional, de matérias antes tratadas por legislação infraconstitucional; outro é a irradiação das normas constitucionais por todo o sistema jurídico.